

Acelen Agro S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente**

Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	1
Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
1) A Companhia e suas operações	8
2) Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras	8
3) Políticas contábeis materiais	9
4) Estimativas e julgamentos críticos.....	9
5) Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.....	10
6) Caixa e equivalentes de caixa	11
7) Estoque	11
8) Imobilizado	12
9) Plantas portadoras	13
10) Intangível	14
11) Fornecedores.....	15
12) <i>Reverse factoring</i> de fornecedores	16
13) Salários e encargos sociais	17
14) Imposto de renda e contribuição social	17
15) Tributos a recuperar (ativo) e a pagar (passivo).....	19
16) Partes relacionadas	20
17) Patrimônio Líquido	20
18) Despesa por natureza	21
19) Resultado financeiro	22
20) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade	22
21) Informações para a Demonstração do Fluxo de Caixa.....	27
22) Eventos subsequentes.....	28



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Acelen Agro S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Acelen Agro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acelen Agro S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contexto operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, direcionando seus esforços e investimentos ao desenvolvimento da infraestrutura produtiva, à aquisição de ativos e à preparação para o início de suas operações. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração essa circunstância. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	351	4
Estoques	7	626	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	8	1
Outros ativos		750	-
		1.735	5
Não circulante			
Tributos a recuperar	15	1.351	-
Imobilizado	8	7.271	-
Plantas portadoras	9	10.676	-
Direito de uso		1.313	-
Intangível	10	111.129	1.427
		131.740	1.427
Total do ativo		133.475	1.432
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	11	30.197	-
Reverse factoring de fornecedores	12	1.428	-
Valores a pagar de arrendamento		920	-
Salários e encargos sociais	13	2.221	-
Tributos a pagar	15	157	-
Partes relacionadas	16	757	-
Outros passivos		214	-
		35.894	-
Passivo não circulante			
Valores a pagar de arrendamento		425	-
		425	-
Patrimônio líquido	17		
Capital social		57.533	1.427
Adiantamento para futuro aumento de capital		53.017	-
Reserva de retenção de lucros		-	5
Prejuízo acumulado		(13.394)	-
		97.156	1.432
Total do passivo e patrimônio líquido		133.475	1.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	18	(10.421)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(10.421)	-
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		31	5
Despesas financeiras		(3.008)	-
		(2.977)	5
(Prejuízo) lucro antes dos tributos sobre o lucro		(13.398)	5
Imposto de renda e contribuição social- corrente	14.b	(1)	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(13.399)	5
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação - R\$	17.b	(0,358)	0,014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente*Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(13.399)	5
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(13.399)</u>	<u>5</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de retenção de lucros	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 4 de março de 2024	-	-	-	-	-
Transação de capital					
Integralização de capital (Nota 17.a)	1.427	-	-	-	1.427
Resultado abrangente					
Lucro do período	-	-	-	5	5
Destinação do lucro					
Reserva de retenção de lucro	-	-	5	(5)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.427	-	5	-	1.432
Transação de capital					
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 17.a)	-	104.917	-	-	104.917
Aumento de capital (Nota 17.a)	56.106	(51.900)	-	-	4.206
Resultado abrangente					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(13.399)	(13.399)
Absorção de reserva de lucros	-	-	(5)	5	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	57.533	53.017	-	(13.394)	97.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro antes dos tributos sobre o lucro		(13.399)	5
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	18	1.155	-
Resultado financeiro	19	2.977	(5)
Outros		757	-
		(8.510)	-
Varição dos ativos e passivos operacionais:			
Estoque		1.319	-
Tributos a recuperar e a pagar líquidos		(1.200)	(1)
Outros ativos		(750)	-
Fornecedores		3.470	-
Reverse factoring de fornecedores		1.428	-
Salários e encargos sociais		2.221	-
Outros passivos		214	-
Caixa aplicado nas operações		(1.808)	(1)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	-
Rendimento de aplicações financeiras recebidos		31	5
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(1.778)	4
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado, plantas portadoras e intangível	21	(99.508)	(1.427)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(99.508)	(1.427)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.a	104.917	-
Aumento de capital integralizado	17.a	-	1.427
Juros pagos a fornecedores		(2.931)	-
Pagamento de arrendamento		(353)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		101.633	1.427
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		347	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		351	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)***1) A Companhia e suas operações**

A Acelen Agro S.A. ("Acelen Agro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 4 de março de 2024, com sede na cidade de Montes Claros, na Fazenda Boqueirão, BR 135, KM 334. A Acelen Agro está conduzindo um projeto inovador com as operações voltadas para o agronegócio que consistem em produção, distribuição, plantio e comercialização de sementes germinadas, pré-mudas, mudas de macaúba e cachos vazios, também como resultado do processo de esmagamento temos óleo de polpa, óleo de amêndoa e torta da polpa (resultado do processo de esmagamento da polpa), torta da amêndoa (resultado do processo de esmagamento da amêndoa), casca do fruto e endocarpo/casca de noz. A escolha da macaúba visa promover a recuperação ambiental da área, além de contribuir para a sustentabilidade econômica da região.

A Companhia está atualmente na fase pré-operacional, focando seus esforços e investimentos no desenvolvimento da infraestrutura produtiva necessária, aquisição de ativos e preparação para o início de suas operações. Em 2025, a Acelen Agro assinou dois contratos na modalidade de direito real de superfície em fazendas, ambas localizadas no Estado da Bahia. Durante este estágio inicial, ainda não há geração de receitas, mas os ativos estão sendo alocados de maneira estratégica, conforme o plano de negócios previamente aprovado, para garantir a viabilidade e o sucesso das operações futuras. Esta abordagem cuidadosa e planejada visa assegurar que, uma vez iniciadas, as operações possam ser conduzidas de forma eficiente e sustentável, alinhadas aos objetivos de longo prazo.

O acionista controlador da Acelen Agro é a Acelen Energia Renovável S.A ("Acelen Renovável" ou "Controladora"), que é assessorada e administrada pela MC Brazil Renewable Energy Fundo de Investimento em Participações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 34.159 (positivo em R\$ 5 em 31 dezembro de 2024), principalmente em função do saldo a pagar para fornecedores relacionados ao contrato de direito real de superfície das fazendas. A Administração analisou seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, quando os aportes necessários são realizados pelo Acionista, conforme evidenciado na Nota 22 de evento subsequente com o aporte de R\$ 11.230 por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Como mencionado acima, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional contando com aportes de seu Acionista, de forma que a Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. Com base nesta conclusão, estas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

2) Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e conforme do IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Orientação Técnica OCPC 07 (R1) – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, e (ii) perdas pela redução do valor recuperável de ativos (impairment). O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado sobre essa base, exceto pelas mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras em 10 de março de 2026.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$ ou BRL), refletindo seu principal ambiente econômico.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3) Políticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as políticas contábeis materiais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4) Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem montantes monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitas a incerteza de mensuração. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, considerados razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia são apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5) Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a. Alterações em normas e interpretações em vigor

A Companhia avaliou o impacto de diversas alterações às normas contábeis emitidas pelo CPC que são obrigatoriamente efetivas para um período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2025, conforme detalhado abaixo:

Normas	Descrição	Vigência
Alteração da IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Em 15 de agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 sobre falta de conversibilidade de taxas de câmbio (CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis). As alterações sobre falta de conversibilidade (Alterações à IAS 21) especificam quando uma moeda é conversível por outra e quando não é, definindo conversibilidade como a capacidade de uma entidade trocar uma moeda pela outra por meio de mercados ou mecanismos de câmbio que criam direitos e obrigações executáveis sem atrasos ou restrições relevantes, na data de mensuração e para uma finalidade específica.	1º de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A OCPC 10 e a Resolução CVM nº 223 estabelecem orientações contábeis relacionadas ao reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO _{2e}), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO), aplicáveis às entidades atuantes no mercado brasileiro.	1º de janeiro de 2025

As normas contábeis citadas acima, que entraram em vigor durante 2025, não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Normas e interpretações não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas ainda em análise pelo CPC, que ainda não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, são conforme segue:

Normas	Descrição	Data efetiva
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7, que introduzem mudanças nos critérios de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada de forma limitada.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduz alterações com o objetivo de aprimorar a comparabilidade e a clareza das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras. A norma requer alterações na demonstração do resultado, com a introdução de novas categorias de receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – bem como subtotais definidos. Adicionalmente, estabelece requisitos de divulgação em nota explicativa de medidas de desempenho definidas pela Administração, além de alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos relacionados à apresentação e desagregação de despesas por natureza ou função.	1º de janeiro de 2027

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Normas	Descrição	Data efetiva
<i>IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</i>	<i>A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A adoção é opcional e pode ser aplicada às demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais da subsidiária, desde que, na data do relatório, a entidade não tenha responsabilidade pública e pertença a um grupo cuja controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS. A subsidiária que adotar a IFRS 19 é obrigada a declarar, de forma explícita e sem reservas, sua conformidade com as Normas Contábeis IFRS, indicando a adoção do IFRS 19.</i>	1º de janeiro de 2027

A Companhia está avaliando todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas para as demonstrações financeiras e, exceto pelo IFRS 18, a Companhia não espera que a adoção destas normas resultem em impactos materiais sobre suas demonstrações financeiras.

6) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	31	4
Investimentos de curto prazo	320	-
Total	<u><u>351</u></u>	<u><u>4</u></u>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando à melhor rentabilidade e ao menor nível de risco.

Em 2025 as aplicações financeiras estavam alocadas em operações compromissadas. A remuneração média obtida em 2025 foi de 52,09% do CDI.

Política contábil material

Bancos conta movimento são representados por depósitos bancários disponíveis, e os investimentos de curto prazo são ativos financeiros mensurados e classificados pelo custo amortizado, são de alta liquidez, com vencimento de até três meses, e cujos valores estão sujeitos a um risco insignificante de mudança.

7) Estoque

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Matéria-prima ⁽¹⁾	624	-
Produtos acabados ⁽²⁾	2	-
	<u><u>626</u></u>	<u><u>-</u></u>
Circulante	626	-

⁽¹⁾ Compreende insumos agrícolas.

⁽²⁾ Compreende as mudas de macaúba.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, os estoques da Acelen Agro eram compostos, substancialmente, por insumos agrícolas utilizados na formação e manutenção das plantas portadoras, incluindo fertilizantes, corretivos de solo, defensivos agrícolas e demais materiais operacionais. As mudas de macaúba são inicialmente reconhecidas como estoques e reclassificadas para plantas portadoras no momento do plantio. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou que não há necessidade de constituição de provisão para perda.

Política contábil material

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido quando este for inferior ao valor contábil e, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

O valor realizável líquido corresponde ao valor estimado a ser obtido no curso normal das operações, deduzidos os custos estimados para conclusão e os gastos necessários para sua realização. A Companhia anualmente realiza avaliação para constituição de provisão de ajuste ao valor realizável líquido. No entanto, no período em questão, não houve necessidade de constituição de provisão, uma vez que os estoques se referem substancialmente à matéria-prima, estando os itens registrados pelo custo de aquisição.

8) Imobilizado

O ativo imobilizado está representado da seguinte forma:

	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Movimentação do exercício			
Adições ⁽¹⁾	-	14.117	14.117
Aporte de ativos ⁽²⁾	-	1.664	1.664
Transferência	576	(576)	-
Reclassificação ⁽³⁾	-	(8.492)	(8.492)
Depreciação	(18)	-	(18)
	558	6.713	7.271
Custo	576	6.713	7.289
Depreciação acumulada	(18)	-	(18)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	558	6.713	7.271
Média ponderada de vida útil	3,5 anos	N/A	
Mínimo e máximo	3 a 4 anos	N/A	

⁽¹⁾ Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 21, não impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

⁽²⁾ Refere-se aos ativos recebidos por meio de aumento de capital, reconhecidos pelo custo atribuído, com base em laudo de avaliação independente, com data-base de 30 de setembro de 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27 (Nota 17.a).

⁽³⁾ Corresponde a reclassificação de itens do imobilizado para plantas portadoras e intangível, visando classificação mais apropriada conforme natureza dos ativos.

Em 2025, o saldo de imobilizado refere-se, principalmente, à aquisição de máquinas agrícolas destinadas às atividades de plantio, tais como plantadeiras, carretas, tratores e roçadeiras. Adicionalmente, a Companhia registrou ativos em construção relacionados a obras em andamento, necessárias à viabilização do uso das áreas vinculadas aos direitos reais de superfície e à operacionalização das atividades agrícolas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Política contábil material

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, custos deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*.

Para nossos ativos não financeiros, é efetuada uma avaliação em cada data de entrega de relatório para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem mais ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A depreciação dos componentes do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

Os ativos são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu que não havia indicativos de perda relacionada a estes ativos.

9) Plantas portadoras

As plantas portadoras estão representada da seguinte forma:

	<u>Plantas portadoras em desenvolvimento</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-
Movimentação do período	
Reclassificação ⁽¹⁾ e ⁽²⁾	10.676
Depreciação	-
	<u>10.676</u>
Custo	10.676
Depreciação acumulada	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>10.676</u>
Média ponderada de vida útil	N/A
Mínimo e máximo	N/A
⁽¹⁾ Refere-se a gastos diretamente atribuíveis à formação e desenvolvimento das plantas portadoras, incluindo mudas de macaúba, serviços de plantio e manejo. Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 21, não impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa.	
⁽²⁾ Correspondem a reclassificação de itens do imobilizado para plantas portadoras e intangível, visando classificação mais apropriada conforme natureza dos ativos.	

A Companhia mantém áreas plantadas com palmeiras de macaúba destinadas à produção de cachos de frutos frescos utilizados como matéria-prima para a produção de mudas, óleo de macaúba e coprodutos. As palmeiras são classificadas como plantas portadoras e registradas no ativo, enquanto as áreas onde se encontram implantadas são objeto de contratos de direito real de superfície, reconhecidos no ativo intangível, conforme aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía áreas sob contratos de direito real de superfície, dos quais 441 hectares estavam ocupados por plantações de macaúba para fins de plantio comercial.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Política contábil material

As palmeiras de macaúba utilizadas na produção de cachos de frutos frescos são classificadas como plantas portadoras e registradas no ativo imobilizado, conforme IAS 16 / CPC 27 Ativo Imobilizado, observando-se a mesma política contábil apresentada na Nota 8.

As plantas portadoras são reconhecidas ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição, formação ou desenvolvimento das palmeiras, incorridos até que atinjam o estágio de maturidade produtiva, são capitalizados como parte do custo do ativo.

A depreciação das plantas portadoras é calculada pelo método linear, por refletir de forma mais adequada o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros associados à capacidade de produção de cachos de frutos frescos. As palmeiras estão em desenvolvimento durante os primeiros 5 anos após o plantio, e a vida útil produtiva, após a maturidade, é estimada em aproximadamente 25 anos, podendo variar em função de condições agrônômicas, práticas de manejo e fatores climáticos.

10) Intangível

O intangível está representado da seguinte forma:

	Software	Direitos e concessões	Intangível em desenvolvimento	Total
Saldos em 4 de março de 2024	-	-	-	-
Movimentação do período				
Adições	-	1.427	-	1.427
	-	1.427	-	1.427
Custo	-	1.427	-	1.427
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	1.427	-	1.427
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	111.152	964	112.116
Aporte de ativo ⁽²⁾	-	-	597	597
Transferência	1.485	-	(1.485)	-
Reclassificações ⁽³⁾	-	(2.108)	(76)	(2.184)
Amortização	(74)	(753)	-	(827)
	1.411	109.718	-	111.129
Custo	1.485	110.471	-	111.956
Amortização acumulada	(74)	(753)	-	(827)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.411	109.718	-	111.129
Média ponderada de vida útil	5 anos	99 anos	N/A	
Mínimo e máximo	5 anos	99 anos	N/A	

⁽¹⁾ Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 21, não impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

⁽²⁾ Refere-se aos ativos recebidos por meio de aumento de capital, reconhecidos pelo custo atribuído, com base em laudo de avaliação independente, com data-base de 30 de setembro de 2025, em conformidade com o IAS 38 / CPC 4 (R1) (Nota 17.a).

⁽³⁾ Correspondem a reclassificação de itens do imobilizado para plantas portadoras e intangível, visando classificação mais apropriada conforme natureza dos ativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 2024, a Companhia reconheceu adição no montante de R\$ 1.427, classificada em Direitos e Concessões, correspondente a adiantamento relacionado à aquisição do direito real de superfície da Fazenda Campinas, localizada no município de Cachoeira, Bahia, decorrente da assinatura de oferta vinculante no valor total de R\$ 14.275, da qual foi efetuado o pagamento inicial de 10%.

Em 2025, a Companhia reconheceu incrementos líquidos no montante de R\$ 109.044 em Direitos e Concessões, referentes a direitos reais de superfície sobre terras localizadas no estado da Bahia, os quais foram classificados em direitos e concessões no ativo intangível. O direito real de superfície confere à Companhia a permissão de utilizar o terreno pelo prazo de 99 anos, com os benefícios e responsabilidades legais inerentes ao seu uso.

Política contábil material

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição ou de desenvolvimento, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o intangível em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzidas a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*.

Os ativos intangíveis são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu que não havia indicativos de perda relacionada a estes ativos.

11) Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedor nacional	28.986	-
Fornecedor partes relacionadas (Nota 16)	1.211	-
Total	<u>30.197</u>	<u>-</u>
 Circulante	 30.197	 -

A Companhia busca negociar com os seus fornecedores um prazo de pagamento entre 20 até 90 dias, incluindo eventuais extensões de prazo com a cobrança de juros de acordo com os termos contratuais negociados com cada fornecedor.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores nacionais da Acelen Agro era composto principalmente pelo montante de R\$ 25.106 referente à aquisição de direito real de superfície.

Política contábil material

Os fornecedores são contabilizados a custo amortizado, com valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, quando aplicável, cujos efeitos são refletidos no resultado do exercício. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio do fechamento do exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12) Reverse factoring de fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reverse factoring de fornecedores	1.428	-
Total	<u>1.428</u>	<u>-</u>
Circulante	1.428	-

A movimentação dos fornecedores reverse factoring da Companhia está apresentada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	-	-
Efeitos no fluxo de caixa		
Captações	2.098	-
Amortização de principal	(670)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.428</u>	<u>-</u>

Devido ao prazo de pagamento negociado entre 30 e 45 dias, determinados fornecedores buscam operações de reverse factoring. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para uma instituição financeira, da qual a Companhia passa a ser devedora de acordo com os termos contratuais negociados entre as partes envolvidas.

As operações de *reverse factoring* não alteraram de forma relevante os prazos médios de pagamento da Companhia nem resultaram em custo financeiro relevante, uma vez que os encargos decorrentes destas operações foram majoritariamente suportados pelos fornecedores, conforme os termos contratuais aplicáveis.

Em 2025, o prazo médio de pagamento das operações de *reverse factoring* foi de 84 dias, patamar compatível com práticas de mercado e consistente com o tratamento previsto no IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia não identificou risco relevante de liquidez associado a estas operações.

Política contábil material

Reverse factoring são passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, que corresponde aos valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros remuneratórios.

A Companhia classifica como *reverse factoring* as operações em que há a mudança da contraparte credora para uma instituição financeira, mas não há alteração das principais características e condições comerciais usuais de pagamento de capital de giro da Companhia antes e depois dessas transações com seus fornecedores.

Para identificar se houve alteração substancial nas características e condições comerciais, a Companhia avalia principalmente eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de *default* usualmente observadas em contratos de dívidas.

As operações de *reverse factoring* são classificadas nas demonstrações dos fluxos de caixa como uma atividade operacional considerando-se suas características.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13) Salários e encargos sociais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e outras remunerações	1.654	-
Encargos sobre a folha	567	-
Total	<u>2.221</u>	<u>-</u>
Circulante	2.221	-

Em 2025, a Acelen Agro passou a incorrer em despesas com folha de pagamento, em função do início da estruturação operacional e administrativa para suporte às atividades.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de salários e outras remunerações era composto, majoritariamente por participação nos lucros e resultados (PLR) a serem liquidados em 2026 e pela provisão de férias.

Política contábil material

A Companhia reconhece as despesas com a remuneração dos colaboradores, incluindo salários, benefícios (como vale-transporte e vale-alimentação), encargos sociais obrigatórios (INSS, FGTS e IRRF) e o pagamento da PLR, conforme estabelecido em acordo coletivo. As provisões mensais para férias e 13º salário são igualmente realizadas.

14) Imposto de renda e contribuição social

a. Posição patrimonial

Os tributos sobre o prejuízo são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os saldos líquidos de imposto de renda e contribuição social estão apresentados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda a recuperar ⁽¹⁾	8	1
Ativos	<u>8</u>	<u>1</u>
Ativo circulante ⁽¹⁾	8	1

⁽¹⁾ Refere-se principalmente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a ser recuperado sobre as aplicações financeiras.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos com base no prejuízo fiscal e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	4.138	-
Diferenças temporárias		
Provisões	406	-
Arrendamento	11	-
Redução ao valor recuperável de ativos fiscais diferidos	<u>(4.555)</u>	-
Total ativo fiscal diferido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Ativo fiscal diferido	-	-

Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e sua compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízo fiscal (incluindo base negativa) era de R\$ 12.172. A Administração da Companhia não registrou os saldos dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2025. Os montantes são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos quando se tornar provável que haverá lucros tributáveis futuros contra os quais eles poderão ser utilizados.

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(13.398)	-
Tributos às alíquotas da legislação - 34%	4.555	-
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adição de ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(4.555)	-
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	<u>(1)</u>	-
Tributos sobre o lucro	<u><u>(1)</u></u>	<u><u>-</u></u>
Alíquota efetiva	<u><u>0,01%</u></u>	<u><u>-</u></u>
Corrente	(1)	-

No exercício de 2025, a Companhia optou pelo regime fiscal de lucro real anual e variação cambial pelo regime de caixa.

Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, sendo calculados com base em alíquotas brasileiras, onde seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e, quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os tributos diferidos ativos, quando apresentados, são reconhecidos nas demonstrações financeiras devidamente suportados por estudos técnicos preparados pela Administração, através da estimativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras de longo prazo, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários sujeitos a alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são também reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo o saldo final de ativos e passivos apresentados pelo seu efeito líquido.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Nesta avaliação, a Companhia utiliza como base seu planejamento estratégico e projeções de mercado, que são revisadas e complementadas com base na experiência da Administração. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados quando sua realização não for mais provável e revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumentar. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos quando se tornar provável que lucros tributáveis futuros, contra os quais eles podem ser usados, estarão disponíveis.

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente ao longo do tempo, podendo ocorrer situações em que a interpretação da Companhia pode diferir daquela da autoridade fiscal.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre a aplicabilidade em montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL.

A Companhia aplica a premissa de aceitação por parte da autoridade fiscal dos tratamentos de tributos efetuados em sua apuração, com base em avaliações técnicas internas da Administração e devidamente complementadas por seus assessores legais. Mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais futuras que alterem a análise dos fundamentos podem, por sua vez, demandar revisão das premissas de tratamentos de tributos vigentes.

15) Tributos a recuperar (ativo) e a pagar (passivo)

Os valores de tributos ativos e passivos estão apresentados da seguinte forma:

	Ativo ⁽¹⁾		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	155	-	8	-
PIS e COFINS	1.196	-	18	-
Outros tributos	-	-	131	-
	1.351	-	157	-
Circulante	-	-	157	-
Não circulante	1.351	-	-	-

⁽¹⁾ Refere-se aos créditos estimados sobre aquisições de máquinas, insumos e serviços a partir de 2025. (i) O aproveitamento de PIS e COFINS baseia-se no regime de não cumulatividade (Lucro Real); (ii) os créditos de ICMS decorrem de aquisições para o ativo imobilizado e insumos, nos termos da Lei Complementar 87 de 1996.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16) Partes relacionadas

a. Saldos em aberto com partes relacionadas

	2025				Resultado Despesa gerais e administrativas ⁽¹⁾
	Passivo			Total	
	Fornecedores ⁽²⁾	Partes relacionadas	Outros passivos		
Refinaria de Mataripe S.A. ⁽¹⁾	-	-	214	214	214
Acelen Energia Renovável S.A.	1.211	757	-	1.968	757
	<u>1.211</u>	<u>757</u>	<u>214</u>	<u>2.182</u>	<u>971</u>

⁽¹⁾ Refere-se a benefícios concedidos a empregados em 2025, tais como vale-refeição, assistência médica e social, seguro de vida e previdência privada, atribuídos à Acelen Agro.

⁽²⁾ Refere-se à aquisição de mudas de macaúba, no âmbito de contrato celebrado em julho de 2025 com a Acelen Renovável, com vigência de 10 anos. Estas mudas foram reconhecidas como custo das plantas portadoras (Nota 9).

17) Patrimônio Líquido

a. Capital social e adiantamento para futuro aumento de capital

Em 4 de março de 2024, constitui-se a “SF 763 Participações Societárias S.A.” e aprovou-se a subscrição de 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 400.

Em 2 de maio de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovou-se a alteração da denominação social da Companhia, que passou a ser denominada “Acelen Agro S.A.”.

Em 17 de outubro de 2024, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 1.427 mediante a emissão de 1.427.098 (um milhão, quatrocentas e vinte e sete mil e noventa e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, possuía saldo no valor de R\$ 1.427 dividido em 1.427.498 (um milhão, quatrocentas e vinte e sete mil e quatrocentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de fevereiro de 2025, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 36.150, decorrente da conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), por meio da emissão de 36.150.000 (trinta e seis milhões, cento e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2025, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 4.205, decorrente do aporte de ativos intangíveis, imobilizados e estoques, por meio da emissão de 4.205.459 (quatro milhões, duzentas e cinco mil, quatrocentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Na mesma data, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 15.750, decorrente da conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), por meio da emissão de 15.750.000 (quinze milhões, setecentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado, possuía saldo no valor de R\$ 57.533 dividido em 57.532.957 (cinquenta e sete milhões, quinhentas e trinta e três mil, novecentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No exercício de 2025, a Acelen Agro celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Acelen Renovável, totalizando R\$ 104.917, dos quais R\$ 51.900 foram convertidos em capital social ao longo do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía AFACs no montante de R\$ 53.017, ainda não convertidos em capital social, os quais serão capitalizados na próxima deliberação societária ou, no mais tardar, em até 120 dias após o encerramento do exercício social de 2025.

b. Reserva legal, distribuição de dividendos e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu um montante de R\$ 239,22 reais para a reserva legal.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 0,01% do lucro líquido do exercício, deduzidos os eventuais prejuízos acumulados e ajustado pelas reservas legal, se houver. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o montante de R\$ 0,45 reais como dividendos a distribuir e o montante de R\$ 4.544 reais como reserva de retenção de lucros.

No exercício de 2025, o prejuízo apurado foi integralmente absorvido mediante a utilização da reserva legal existente, adicionalmente, utilizando o saldo da reserva de retenção de lucros.

c. (Prejuízo) lucro por ação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(Prejuízo) lucro do exercício	(13.399)	5
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	37.457	355
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação	<u>(0,358)</u>	<u>0,014</u>

Não há efeitos diluidores na Companhia e, por isso, o lucro básico e o diluído por ação são os mesmos.

18) Despesa por natureza

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços contratados ⁽¹⁾	(5.711)	-
Fretes, aluguéis e armazenamento	(330)	-
Pessoal	(1.671)	-
Depreciação e amortização	(1.155)	-
Viagens	(375)	-
Impostos, taxas e contribuições	(117)	-
Outros	(1.062)	-
Total	<u>(10.421)</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas	(10.421)	-
Total	<u>(10.421)</u>	<u>-</u>

⁽¹⁾ Refere-se, substancialmente, a gastos incorridos em 2025 com gestão ambiental, consultoria, segurança e demais serviços operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19) Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras ⁽¹⁾	33	5
Tributos sobre receitas financeiras	<u>(2)</u>	<u>-</u>
	<u>31</u>	<u>5</u>
Despesas financeiras		
Juros e multa ⁽²⁾	(2.932)	-
Arrendamento mercantil operacional	(75)	-
IOF	<u>(1)</u>	<u>-</u>
	<u>(3.008)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro	<u><u>(2.977)</u></u>	<u><u>5</u></u>

⁽¹⁾ Rendimento financeiro gerado por aplicação em conta compromissada do Banco do Brasil em 2025;

⁽²⁾ Refere-se, principalmente, aos encargos financeiros incorridos na aquisição do direito real de superfície.

20) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade

a. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores e respectivos comitês de riscos, com base na política corporativa de gerenciamento de riscos aprovado pelo Conselho de Administração. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício de suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, pela alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

i. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes de seu caixa. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora e com instituições financeiras de reconhecida liquidez.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ii. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente, com despesas e compra de ativos para implementação das operações. As condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto prazo e aporte de capital dos acionistas, quando necessário. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reservas de recursos de empréstimos, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais passivos financeiros por faixa de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e refletem o fluxo financeiro não descontado:

Em 31 de dezembro de 2025	2025		
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 4 anos
Passivos financeiros			
Fornecedores	30.197	30.197	-
Reverse factoring de fornecedores	1.428	1.428	-
Valores a pagar de arrendamento	1.345	920	425
Partes relacionadas	757	757	-
Outros passivos	214	214	-
	33.941	33.516	425

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não detinha passivos financeiros em aberto.

iii. Riscos de mercado

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços.

iv. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Seguradora	Vigência		Limite máximo de cobertura
		De	Até	
D&O - Primária ⁽¹⁾	Chubb	15/10/2025	15/10/2026	110.048
D&O - Excesso 1 ⁽¹⁾	AIG	15/10/2025	15/10/2026	110.048
D&O - Excesso 2 ⁽¹⁾	Starr	15/10/2025	15/10/2026	55.024

⁽¹⁾ Referem-se a apólices seguro cuja cobertura é compartilhada pelas entidades subordinadas ao acionista majoritário indireto MIC Capital Partners Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b. Reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para a qual foram adquiridos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas, classificadas e mensuradas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	2025			2024		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	351	-	351	4	-	4
	351	-	351	4	-	4
Passivos financeiros						
Fornecedores	30.197	-	30.197	-	-	-
Reverse factoring de fornecedores	1.428	-	1.428	-	-	-
Valores a pagar de arrendamento	1.345	-	1.345	-	-	-
Partes relacionadas	757	-	757	-	-	-
Outros passivos	214	-	214	-	-	-
	33.941	-	33.941	-	-	-

Política contábil material

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial os ativos financeiros são mensurados a valor justo acrescidos ou deduzidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)***Ativos financeiros – Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros – Desreconhecimento

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivo financeiro – Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para os passivos financeiros mensurados a valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo, acrescidos ou deduzidos os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

Passivo financeiro – Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

Quando os termos contratuais de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são renegociados ou modificados e essas alterações não são substanciais, seus saldos passam a refletir o valor presente dos fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo do instrumento reavaliado no momento da alteração não substancial dos termos e seu saldo imediatamente anterior a essa alteração é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Passivo financeiro – Desreconhecimento

A Companhia desreconhece o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, este for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando há uma troca de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes entre o mutuário e o credor, a Companhia trata como a extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro. Da mesma forma, uma modificação significativa dos termos de um passivo financeiro existente, quer seja em sua totalidade ou em parte, é tratada como a extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

A avaliação da Companhia considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer pagamentos líquidos efetuados ou taxas recebidas e descontados pela taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

A Companhia não teve nenhuma alteração substancial que pudesse modificar o fluxo de caixa dos passivos financeiros mensurados a custo amortizado. Portanto, eles refletem o valor presente de seus fluxos de caixa.

c. Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podem ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

d. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições que são objetos de proteção, em cenários hipotéticos de estresse dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 30 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025.

- Cenário provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de juros vigentes referenciado por fonte externa (Taxas Referenciais B3 - 30 de dezembro de 2025 (90 dias) e Relatório Focus Bacen de 31 dezembro de 2025).

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Abaixo estão apresentados os impactos para cada cenário estimado em relação ao saldo contábil:

Operação	Risco	Indexador em 31/12/2025	Exposição (saldo/nocional)	Valor esperado (nocional base)	Impacto cenário provável	Impacto cenário II	Impacto cenário III
Operações em CDI					13,5%		
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	14,90%	320	48	43	41	33
Exposição líquida					43	41	33

Em 2024, a Companhia não apresentou exposição a riscos decorrentes da oscilação de taxas de juros.

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de insumos, equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Em 2025 e 2024, a Companhia não apresentou exposição relevante a risco de taxa de câmbio.

21) Informações para a Demonstração do Fluxo de Caixa

a. Transações não envolvendo caixa

A seguir demonstramos as principais transações que não afetaram o caixa e cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	31/12/2024	Movimentação caixa	Movimentação não caixa				31/12/2025
			Fornecedores	Arrendamentos	Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	Depreciação Amortização	
Estoque	-	(1.319)	-	-	1.945	-	626
Imobilizado	-	(19.889)	25.514	-	1.664	(18)	7.271
Plantas portadoras	-	9.465	1.211	-	-	-	10.676
Direito de uso	-	-	-	1.623	-	(310)	1.313
Intangível	1.427	109.932	-	-	597	(827)	111.129
Partes relacionadas	-	-	(757)	-	-	-	(757)

⁽¹⁾ Referem-se à integralização de ativos em 30 de setembro de 2025 por meio de aumento de capital, sem efeito sobre caixa ou equivalentes de caixa.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)***22) Eventos subsequentes****a. Adiantamento para futuro aumento de capital**

Em 2 de janeiro de 2026, 9 de janeiro de 2026 e 20 de janeiro de 2026, a Acelen Agro celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com sua acionista Acelen Energia Renovável S.A., nos montantes de R\$ 500, R\$ 1.100 e R\$ 700, respectivamente.

A totalidade dos saldos de AFAC existentes até 30 janeiro de 2026 foram convertidas em capital social, conforme descrito na Nota 22.b.

Em 2 de fevereiro de 2026, 13 de fevereiro de 2026, 20 de fevereiro de 2026 e 5 de março de 2026, a Acelen Agro celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Acelen Energia Renovável S.A., nos valores de R\$ 1.430, R\$ 3.500, R\$ 1.000 e R\$ 3.000, respectivamente. Esse montante será convertido em capital social da Companhia na primeira deliberação social subsequente ao Termo.

b. Integralização de capital

Em 30 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, o acionista da Companhia aprovou o aumento de capital subscrito e integralizado, de R\$ 57.533 para R\$ 112.850, representando um aumento no valor de R\$ 55.317 mediante a emissão de 55.317.000 (cinquenta e cinco milhões, trezentas e dezessete mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, decorrente da conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Diretoria Executiva

DocuSigned by:

Luiz de Mendonça

0E6CA97B03BD41B

LUIZ DE MENDONÇA
CEO

Assinado por:

MARCELO FRANÇA NOGUEIRA

0F5808B9462342C

MARCELO FRANÇA NOGUEIRA
Diretor Financeiro

Assinado por:

VANESSA GOMES DA SILVA MARTIN

C0097AC1153047C

VANESSA GOMES DA SILVA MARTIN

Contadora
CRC SP-278066/O-8